

Exemplo do Citicorp poderá ser seguido

Washington — A criação de um Instituto Internacional para a Administração da Dívida do Terceiro Mundo, promovida no Congresso dos EUA, recebeu ontem o aval de um dos acionistas principais do **American Enterprise Institute (AEI)**, fonte de pensadores das empresas privadas norte-americanas.

John Makin, diretor de estudos de política fiscal do AEI, disse que o instituto oficial, como o planejado pelo Congresso, ajudaria a canalizar para os países endividados parte dos lucros provenientes da venda de seus empréstimos no mercado secundário de valores.

Makin considera provável que a maioria dos grandes bancos norte-americanos sigam o exemplo do **Citicorp**, que na semana passada anunciou um aumento de 3 bilhões de dólares em suas reservas e a intenção de libertar-se, pelo menos, uma terça parte dos 15 bilhões de dólares em empréstimos com o terceiro mundo.

Norman Bailey, ex-assessor financeiro do Conselho Nacional de Segurança no primeiro mandato de Reagan, qualificou ontem a decisão do **Citicorp** como "o tiro de misericórdia" no Plano Baker, que em sua opinião "já estava moribundo", devido a renitência dos bancos em conceder novos empréstimos aos países em dificuldades no pagamento de suas dívidas.

Passo

Makin considera que o passo dado pelo **Citicorp** se enquadra menos no Plano Baker do que no chamado Plano Bradley, do senador democrata Bill Bradley,

que, em lugar de novos empréstimos, propõe aliviar a carga da dívida do Terceiro Mundo mediante o perdão de uma parte dos empréstimos.

A questão é que, enquanto o **Citicorp** e outros bancos vendem seus empréstimos no mercado secundário, com descontos de até 30%, os que compram continuam a espera de que os devedores continuem pagando os juros e eventualmente os mesmos empréstimos, a cem por cento do valor nominal.

Um Instituto Oficial, atuando como intermediário, poderia transferir parte do desconto aos países devedores e transformar o restante do empréstimo em bônus.

Para Makin, um aspecto negativo é que os países poderiam se sentir estimulados a não cumprir com o pagamento de suas dívidas externas para fazer cair o preço de mercado de seus empréstimos. A solução, no entanto, poderia ser negociada entre o país e o instituto, e pelo fato de que todos os novos empréstimos seriam afetados pelo valor de mercado dos empréstimos antigos.

Segundo o especialista, o esquema aliviaria os bancos e o Terceiro Mundo, e poderia facilitar novos investimentos nos países endividados. O fato dos bancos terem feito maus empréstimos na América Latina e outras partes, não significa que não existam oportunidades atrativas de investimento nos países em desenvolvimento, assinalou Makin.